

**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**  
**Fundo Municipal de Assistência Social**  
**Lei Orçamentária Anual**

<b>SIGLA</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PARTICIPANTES</b>	<b>PODER PÚBLICO</b>
<b>FUMAS</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Proporcionar recursos e meios para o financiamento de ações na área de assistência social</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Conselho Municipal de Assistência Social</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Vinculado à SDS</li><li>• Gestor – Abraão Gerson Ribeiro</li></ul>
<b>Legislação</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Lei nº 8.926, de 20 de setembro de 1996</li><li>• Lei nº 9.049, de 12 de maio de 1997</li><li>• Decreto nº 6.025, de 23 de setembro de 1997</li><li>• Lei nº 9.775, de 24 de abril de 2000</li><li>• Lei nº 10.000, de 08 de maio de 2001</li><li>• Lei nº 10.864, de 22 de dezembro de 2004</li><li>• Lei nº 10.937, de 03 de junho de 2005</li><li>• Lei nº 11.081, de 06 de março de 2006</li><li>• Lei nº 11.728, de 26 de dezembro de 2008</li><li>• Decreto nº 9.750, de 02 de janeiro de 2009</li></ul>		

▣ **Os recursos do Fundo deverão ser aplicados em:**

▣ Financiamento total ou parcial dos programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pelo órgão responsável pela execução da Política de Assistência Social do Município ou por entidades não governamentais;

▣ Pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado para execução de programas e projetos específicos do setor de Assistência Social;

▣ Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas;

▣ Construção, reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;

▣ Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e contrato das ações de Assistência Social;

▣ Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de Assistência Social;

▣ Pagamento dos benefícios eventuais conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Orgânica de Assistência Social.